

Política econômica

JOSÉ CELSO DE MACEDO SOARES*

Conhecimentos de economia adquiridos nos bancos universitários permitem-nos tecer algumas considerações sobre o tema. Vamos tentar fazê-las em linguagem simples, fugindo da aridez do *economês*. Presidentes de centrais sindicais, políticos de oposição, alguns governadores, manifestam-se: “Somos contra essa política econômica”. Tudo bem. Se são contra têm obrigação de oferecer alternativas. Mas, o que se vê são simples enunciados, sem nenhuma base técnica. Alguns chegam a propor que o país suspenda o pagamento de sua dívida externa, isto é, dê calote internacional. A proposta beira as raias da leviandade. O que aconteceria? O país teria, imediatamente, suspenso o crédito para suas importações e financiamento às exportações, com as quais pagamos nossos compromissos no exterior. Outros vociferam contra o FMI, esquecendo-se que o FMI nada mais é do que um banco que empresta dinheiro e, como qualquer banco, de acordo com suas regras. Recorre a ele quem quer. Mas, duvidamos muito que bancos privados socorram países em dificuldade...

Na apreciação do problema temos que levar em conta que, nestes tempos difíceis de instabilidade econômica mundial e volatilidade de capitais, só o responsável pela condução da política econômica da União está senhor do panorama geral dos negócios nacionais e internacionais que afetam todo o país. A condução da economia requer de tempos em tempos correções de rumo, para que o país se

adapte às circunstâncias que vão surgindo nos entreveros e negócios entre nações. Foi o que se fez, com acerto, há pouco tempo, na adoção do câmbio flutuante. Por amor ao raciocínio vamos tentar analisar dois cenários: frente interna e frente externa.

No que diz respeito às contas internas é sabido que nossos governantes – tanto no âmbito federal quanto nos estados – nunca primaram por manterem seus orçamentos equilibrados. Para que os orçamentos se equilibrem temos duas alternativas: diminuir despesas ou aumentar receitas. Para diminuir despesas é preciso reformular a máquina administrativa, eliminar órgãos supérfluos, cortar o excesso de pessoal, enfim, modernizar a burocracia. O Executivo cumpriu sua parte enviando ao Congresso projeto de Reforma Administrativa que, infelizmente, levou cerca de quatro anos para ser aprovado. No tocante ao aumento das receitas podemos fazê-lo com aumento de imposto ou melhoria do sistema tributário, propiciando melhor arrecadação. Como aumento de impostos está descartado, pois a carga tributária já é bastante elevada. Temos que partir para a reformulação dos tributos. Neste ponto houve atraso considerável. Decorridos quatro anos de governo, só agora se trata seriamente do assunto quando ele deveria ter sido uma das primeiras preocupações. No controle das contas internas, houve, pois, falha lamentável do Executivo e do Legislativo.

Vamos à questão da dívida externa. Ela vem de longe. Portugal vendeu-nos o reconhecimento de nossa independência por 1,4 milhão de libras que devia aos ingleses. Era a

cláusula secreta do “Tratado de Independência”. Já começamos endividados. A sucessão de maus empréstimos, na Monarquia e na República, é do conhecimento de todos que estudam nossas finanças. Aqui nossa crítica. A ligeireza com que tomamos empréstimos estrangeiros faz-nos pensar que alguns governos acham que empréstimos são dádivas que não se devam pagar. Um empréstimo é simplesmente um adiantamento de impostos que têm que ser cobrados para pagamento de seus juros e de sua amortização. Hoje lançamentos de bônus brasileiros no exterior são saudados com euforia como se não fossem empréstimos...

Em matéria de política econômica não precisamos de planos mirabolantes. Não há outra coisa a fazer senão arranjar superávits nas nossas contas internas – não só governo federal como governos estaduais – como tratar de estimular nossas exportações. Sem isso não adianta pensar em desenvolvimento em qualquer setor. Além disso, os brasileiros precisam compreender que não se sai de uma inflação de 80% ao mês sem grandes sacrifícios. Nenhum país deixou de atravessar este calvário.

A economia de um país é uma coisa muito séria para que com ela se faça jogo para as arquibancadas. Essa atitude faz-nos lembrar Milton Campos com sua sabedoria mineira: “Crítico o governo é tão bom que não deveria ser privilégio da oposição”.

*Escritor, jornalista, membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio